

RICARDO ALVES BENTO
Mestre e Doutor em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo
Professor Universitário em São Paulo
Advogado Criminalista em São Paulo

**PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA
NO PROCESSO PENAL**

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, 2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bento, Ricardo Alves

Ricardo Alves Bento - Presunção de Inocência no
Direito Processual Penal Brasileiro - São Paulo :
Quartier Latin, 2007.

1. Processo Penal

ISBN: 85-7674-190-3

SUMÁRIO

Dedicatória	9
Agradecimentos	10
Prefácio	11
1. Introdução	15
2. Evolução da presunção de inocência	18
3. Evolução Histórica da Presunção de Inocência	27
3.1. Inquisição	31
3.2. Da presunção da culpabilidade à presunção de inocência	31
3.3. Origem histórica do princípio da presunção de inocência	35
3.4. Declaração de Virgínia	36
3.5. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789	37
3.6. Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948	40
3.7. Convenção Européia para Proteção dos Direitos do Homem, 1950	43
3.8. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 1966	43
3.9. Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 1969	45
3.10. Convenção Européia de Direitos Humanos, 1990	49
3.11. Carta dos Direitos Fundamentais da União Européia, 2000	51
4. A Presunção de Inocência nas Constituições Mundiais	53
4.1. Constituição Italiana	55
4.2. Constituição Portuguesa	58
4.3. Constituição Francesa	60
4.4. Constituição Espanhola	62
4.5. Constituição Colombiana	66
4.6. Constituição Costarriquenha	68
4.7. Constituição Mexicana	70
4.8. Constituição Argentina	74
4.9. Constituição Brasileira	76
4.10. Constituição Alemã	78
4.11. Constituição Norte Americana	82
5. Presunção de Inocência nas Legislações Processuais	89
5.1. Legislação Processual Penal Italiana	89
5.2. Legislação Processual Penal Portuguesa	93

Localização: 343.131.7

B478p

Código de barras: STJ00066820

5.3 Legislação Processual Penal Francesa	104
5.4 Legislação Processual Penal Espanhola	109
5.5 Legislação Processual Penal Colombiana	113
5.6 Legislação Processual Penal Costa Rica	116
5.7 Legislação Processual Penal Argentina	119
5.8. Legislação Processual Penal Brasileira	120
5.8.1. Reforma do Código de Processo Penal brasileiro	128
5.9. Legislação Processual Penal Alemã	135
5.10. Código Processual Penal Tipo para a Ibero- América	138
6. As Finalidades Processuais da Presunção de Inocência	142
6.1. A presunção de inocência e o favor rei	143
6.2. A presunção de inocência e in dúvida pro reo	146
6.3. A presunção de inocência e o favor libertatis	150
7. A presunção de inocência e as prisões cautelares	152
7.1 A presunção de inocência na prisão preventiva	154
7.2. A presunção de inocência nos Tribunais Superiores brasileiros	158
7.3. Alternativas processuais às prisões cautelares	160
8. A presunção de inocência e o direito de permanecer calado	174
9. A presunção de inocência e dúvida razoável do Direito Inglês	183
10. Conclusão	185
11. Bibliografia	190
Anexo I	201